



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO
AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA
Av. Governador Carlos de Lima Cavalcanti, nº09
Derby - Recife - PE - CEP: 50.070-110
PABX: 3355.5500
CNPJ: 11.497.013/0001-34
www.recife.pe.gov.br

EMLURB CENTRAL DE CONTRATOS

Vol. II Fis. 889

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

PROCESSO N.º 06.01481.8.17

CONTRATANTE:



A Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB, criada pela Lei Municipal nº 18.291, de 29 de dezembro de 2016, com sede estabelecida à Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, nº. 09, bairro do Derby, nesta cidade do Recife/PE, de ora em diante simplesmente denominada **EMLURB**, representada por seus Diretores, ao final assinados e devidamente qualificados.

ENGEMAIA & CIA LTDA sociedade limitada, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 00.449.936/0001-02, com sede estabelecida à Rua Conde Pereira Carneiro, n.º 147, Galpão III, bairro Imbiribeira, Recife-PE., de ora em diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, por seu representante legal ao final assinado e devidamente qualificado.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO CONTRATUAL

Constitui objeto deste contrato, a **CONTRATAÇÃO SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DO ARBORETO URBANO DAS VIAS PÚBLICAS, PARQUES, PRAÇAS E DEMAIS ÁREAS VERDES DA CIDADE DO RECIFE**, de acordo com as especificações constantes da proposta de preços, no Projeto Básico – Anexo I do Edital, e demais documentos acostados nos autos que passam a fazer parte deste instrumento como se aqui estivessem inteiramente reproduzidos

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão prestados sob o regime de execução indireta, na modalidade de **empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO CONTRATO

3.1 O edital e seus respectivos anexos farão parte integrante deste contrato a ser assinado entre a **EMLURB** e a adjudicatária, no qual ficará estabelecido que o Foro do Recife será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas dos termos deste instrumento.

3.2 Quando a adjudicatária não assinar o contrato no **prazo de até 10(dez) dias úteis**, fica facultado a **EMLURB** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a licitação, observadas as disposições previstas no artigo 81, da Lei Federal nº. 8.666/93.

3.3 A adjudicatária deverá apresentar os documentos exigidos pela Assessoria Jurídica da EMLURB, para assinatura do respectivo instrumento contratual.

3.4 Obriga-se a Contratada a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

[Handwritten signatures]

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

CLÁUSULA QUARTA: DA GARANTIA DA FIEL EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Será exigida a prestação de garantia da futura contratada, como condição para a celebração do contrato, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

4.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

4.1.2 Seguro-garantia; ou

4.1.3 Fiança bancária.

4.2 Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

4.3 No caso de caução em dinheiro deverá ser efetuada na **Tesouraria da EMLURB**.

4.3.1 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.4 A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

4.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

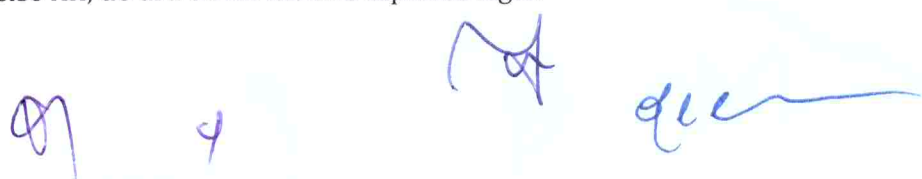
4.7 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela **EMLURB**, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

4.8 Será exigida **GARANTIA ADICIONAL**, caso configurada a hipótese prevista no art. 56, § 2º da lei 8.666/93.

4.9 Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à **EMLURB**.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos serão regulados pelas cláusulas contratuais e preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55 do mesmo diploma legal.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

6.1 O valor global estimado desta contratação é de **R\$ 11.944.999,92 (onze milhões novecentos e quarenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**.

6.2 Nos preços referidos na proposta de preços da **CONTRATADA** estão incluídos todos os custos efetuados pela mesma, relativos à mão de obra, leis sociais, trabalhistas e previdenciárias, tributos, seguros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços a serem executados, bem como o fornecimento de instalações, veículos e equipamentos, até o recebimento definitivo dos serviços pela **EMLURB**.

6.3 Fica também estabelecido que a **EMLURB**, em hipótese alguma, será responsável por despesas com indenização de direitos trabalhistas e outras, a que título for, em razão deste contrato, de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, de acordo com os respectivos Boletins de Medição Mensal dos serviços efetivamente executados no mês anterior, cuja elaboração deverá ser efetuada pela Fiscalização até o último dia útil de cada mês;

7.2 A Nota Fiscal/Fatura, que deverá observar estritamente o respectivo Boletim de Medição Mensal, será atestada pela Fiscalização, ocorrendo o seu pagamento no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de aprovação das respectivas faturas pela fiscalização;

7.3 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal/fatura, a mesma será devolvida à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, sem que isto gere encargos financeiros para a **EMLURB**;

7.4 O pagamento dos serviços realizados fica condicionado, sempre e em qualquer hipótese, à comprovação do cumprimento, pela contratada, das obrigações, previdenciárias e sociais relacionadas com o serviço em apreço, sendo, portanto, de sua obrigação, apresentar à contratante os respectivos comprovantes do mês anterior;

7.5 Todos os serviços deverão ser medidos através de Boletim de Medição, com a apresentação dos quesitos constantes das planilhas orçamentárias, suas quantidades comprovadas, custos unitários propostos e devidamente aprovada e vista pela Fiscalização da **EMLURB** designada para o acompanhamento e controle destes trabalhos;

7.6 A **EMLURB** remunerará a **CONTRATADA** pelos serviços efetivamente executados, conforme os preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que estão inclusos nos preços todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Projeto Básico, e nas Normas indicadas no Convite e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

7.6.1 O pagamento da Administração da Obra será realizado mensalmente na proporção dos serviços efetivamente executados;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

7.7 O prazo de pagamento de execução dos serviços/obra será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **EMLURB**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada *pro rata die*, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times i$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga;

i = Índice de compensação financeira assim apurada:

$$i = (TX/100)/30 ;$$

TX = Índice de Preço ao Consumidor Ampliado – IPCA do IBGE.

7.7.1 Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado;

7.7.2 A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na nota fiscal/fatura do mês seguinte ao da ocorrência;

7.7.3 No caso de atrasos nos pagamentos por culpa exclusiva da **EMLURB**, além da atualização financeira de que trata o item 7.7, também será devida a incidência de juros de mora sobre o valor devido, desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização, com base no percentual de 0,5 (meio por cento) ao mês;

7.7.4 Na hipótese de incidência de encargos por atrasos nos pagamentos devidos, na forma dos itens anteriores, os autos devem ser instruídos com as justificativas correspondentes, a serem avaliadas pela autoridade competente, que verificará se é o caso de apuração de responsabilidade para imputação de penalidades a quem deu causa ao atraso.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 O prazo de execução dos serviços será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço – O.S.**, podendo ser prorrogado nos termos do § 1º do 57 da Lei nº 8.666/93.

8.2 O prazo de vigência do contrato será de **395 (trezentos e noventa e cinco) dias** corridos, contados a partir da sua assinatura.

8.3 Na hipótese de prorrogação do prazo de execução dos serviços objeto deste Edital e, desde que o mesmo ultrapasse **12 (doze) meses**, contrato será reajustado pelo Índice Nacional de Custo da Construção Civil – INCC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, e observará o disposto no Art. 1º,





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

inciso I, do Decreto Municipal nº 23.127/2007, sendo a data inicial para a apuração da variação do índice de reajuste a data da proposta de preços da contratada.

8.4 O reajuste de que trata a cláusula anterior somente poderá ser deferido mediante solicitação prévia da **CONTRATADA**, sob pena de **preclusão lógica**.

8.5 Não sendo conhecido até a época da elaboração do documento de cobrança, o índice definitivo utilizado para o reajustamento, será aplicado, de forma provisória, o último índice conhecido. As eventuais diferenças apuradas após a divulgação do índice definitivo serão acertadas por ocasião do pagamento da fatura do mês seguinte.

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 Os recursos financeiros previstos para o pagamento dos serviços contratados correrão a conta da **Atividade Orçamentária nº. 5010 2.539 3.3.90.39 FT 100**.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA EMLURB E DA CONTRATADA

10.1 O regime jurídico deste contrato confere à **EMLURB** as prerrogativas relacionadas no artigo 58 da Lei 8.666/93.

10.2 Constituem obrigações da **EMLURB**, além das constantes dos Arts. 66 e 67 da Lei n.º 8.666/93, as prescritas no Projeto Básico – Anexo I do edital, no **subitem 10**;

10.3 São conferidos à **CONTRATADA** os direitos relacionados no art. 59, § 2º do art. 79 e art. 109 da Lei n.º 8.666/93, além de:

10.3.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das constantes dos artigos 55, XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei n.º 8.666/93, as estabelecidas no **subitem 1.1 do Projeto Básico - Anexo I do Edital**.

10.4 É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a observância e o cumprimento das normas legais referentes à higiene e segurança do trabalho nos serviços, bem como a obrigação de manter, durante todo o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5 A **EMLURB**, através do seu setor competente ou de terceiros por ela designados, poderá supervisionar o cumprimento de tais normas.

10.6 A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, tributários, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.7 A **CONTRATADA** obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos de perdas que os mesmos venham a sofrer, obrigando-se até a entrega final dos serviços como fiel depositário dos mesmos.

10.8 A **CONTRATADA** se obriga ao cumprimento estabelecido nos Arts. 68 a 71, da Lei Federal n.º 8.666/93, além daquelas dispostas no instrumento convocatório da licitação.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

10.9 A **CONTRATADA** também se responsabilizará, exclusivamente, por compromissos de qualquer natureza, assumidos com terceiros, em decorrência deste contrato, bem como exime de modo expresso a **EMLURB** da responsabilidade por danos que eventualmente venha causar a esta Empresa ou a terceiros, inclusive em caso de acidente, morte, perdas ou destruições e multas.

10.10 A **EMLURB** poderá em qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento exclusivo daqueles já executados.

10.11 Responsabilizar-se por todo o pessoal que utilizar a qualquer título, na execução dos serviços, o qual lhe será diretamente subordinado e vinculado e não terá com a **EMLURB** relação jurídica de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Compete a Diretoria de Limpeza Urbana-DLU, a designação, mediante Termo específico, do servidor responsável para exercer a fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhe, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, informar à Administração sobre eventuais vícios ou irregularidades, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observadas, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da **EMLURB**, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta licitação.


12.2 Uma vez autorizada à **alteração qualitativa**, com acréscimo de serviços não constantes na planilha orçamentária, o(s) preço(s) unitário(s) do respectivo deverá ser correspondente ao previsto na Tabela Oficial da **EMLURB**, vigente na data da alteração, acrescido da taxa referente à data do orçamento da licitação.
E BDI da licitação.

12.3 Em relação aos serviços não tabelados, as composições dos preços unitários serão realizados pela **EMLURB** ou pela **CONTRATADA** devendo neste último caso ser a composição aprovada pela **EMLURB**, considerando-se, primeiramente, os preços dos insumos da Tabela Oficial da **EMLURB** com a mesma data base da tabela referenciada que foi utilizada na elaboração do orçamento e, quando da ausência dos insumos da tabela de referência, os preços dos insumos de mercado (cotações) referentes ao momento da ocorrência da alteração qualitativa.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste contrato, assim como a execução irregular ou atraso injustificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:

I - Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **EMLURB**;





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

II - **Multas** no percentual estabelecido **no subitem 14** do Projeto Básico;

III - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a **EMLURB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

V - Rescisão contratual por descumprimentos das normas previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, com multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos cobráveis judicialmente.

13.2 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a EMLURB:

13.2.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com a **EMLURB** poderá ser aplicada às que, por culpa ou dolo, prejudiquem ou tentem prejudicar o procedimento licitatório ou a execução do Contrato, por fatos graves.

13.2.2 A sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a **EMLURB** poderá ser aplicada à licitante ou à **CONTRATADA** que incorrer, dentre outros, nos seguintes casos:

- a) atrasar, por mais de uma vez, o cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, acarretando prejuízos para a **EMLURB**;
- b) executar de modo insatisfatório o objeto do Contrato, se antes já houver sido aplicada sanção de advertência;
- c) praticar qualquer ato que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório;
- d) recusar-se a assinar o instrumento de Contrato ou retirar o instrumento equivalente (Lei nº 8.666/93. Art. 64) dentro do prazo estabelecido;
- e) realizar os trabalhos sem a observância da legislação e da regulamentação que regem a matéria objeto deste Contrato;
- f) cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo a **EMLURB**, ensejando a rescisão do Contrato ou a frustração do processo licitatório;
- g) sofrer condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, praticada por meios dolosos;
- h) apresentar a **EMLURB** qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com objetivo de participar de licitação;
- i) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a **EMLURB**, em virtude de atos ilícitos praticados.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

13.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública:

13.3.1 A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatadas má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da **EMLURB**, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo a **EMLURB** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções.

13.3.2 A declaração de inidoneidade implica a proibição de contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente.

13.3.3 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será aplicada à licitante ou **CONTRATADA** que, dentre outros casos:

- a) sofrer condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, praticada por meios dolosos;
- b) praticar atos lícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a **EMLURB**, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3.4 Para aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública deverá ser observado o disposto no § 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

13.4 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

13.5 Da aplicação de multa(s) e das sanções de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a **EMLURB** cabe defesa no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da notificação da aplicação da sanção.

13.6 Decorrido o prazo de defesa sem que a **CONTRATADA** se pronuncie, ou caso seja considerada procedente a multa, a **EMLURB** poderá **descontar dos pagamentos** porventura devidos à **CONTRATADA** as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

13.7 Da Decisão Administrativa que mantiver a aplicação da multa caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da notificação.

13.8 Uma vez recolhidas as multas estabelecidas no Termo de Referência, e na hipótese de vir a **CONTRATADA** a lograr êxito em recurso que apresentar, a **EMLURB** devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.9 A decisão sobre a aplicação das multas será de competência da Diretoria de Limpeza Urbana - DLU.

13.10 Os recursos serão apreciados e julgados pelo Diretor Presidente da **EMLURB**, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

14.1 A **EMLURB** fiscalizará e exigirá da **CONTRATADA** o cumprimento de todas as exigências pertinentes às normas de segurança de medicina do trabalho, de acordo com as determinações da Lei em vigor sobre a matéria, ficando sob única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a ocorrência de riscos e acidentes decorrentes do descumprimento, garantindo ao trabalhador os equipamentos de proteção individual – EPI's.

14.2 Os danos e possíveis indenizações decorrentes do descumprimento da Cláusula anterior serão suportados pela **CONTRATADA**, respondendo a mesma, ainda, pelos prejuízos causados à **EMLURB** e à Administração Pública em caso de interdição ou embargos que venham a ocorrer por sua responsabilidade, assegurada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão de acordo com as disposições previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das penalidades previstas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, e as constantes deste instrumento.

15.2 A rescisão do contrato poderá ocorrer mediante as hipóteses e formas estabelecidas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1 Procederá a **EMLURB** vistoria através de sua fiscalização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do término dos serviços, quando, então, de acordo com o resultado positivo e satisfatório, operar-se-á a aceitação final do objeto contratual.

16.2 Caso os serviços se apresentem com falhas ou vícios de execução, dar-se-á de imediato, por escrito, ciência à **CONTRATADA** para que esta proceda, *incontinenti*, as correções apontadas.

16.3 Os serviços serão definitivamente recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este não superior a 90 (noventa) dias.

16.4 A aceitação final dos serviços não acarretará de modo algum a exoneração da **CONTRATADA** da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplicam-se a esta contratação os dispositivos da Lei nº 8.666/93, e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, no que couber.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6-013/2017

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste instrumento, as partes elegem o Foro do Município do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em **03 (três)** vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Recife, 01 de julho de 2017.


ROBERTO DUARTE GUSMÃO

Diretor Presidente, inscrito no CPF/MF sob o nº 661.539.054-04.


JOSÉ CARLOS VIDAL

Diretor de Praças, Parques e Áreas Verdes, inscrito no CPF/MF sob o nº 371.938.134-04.


ADRIANO FREITAS FERREIRA

Diretor Administrativo e Financeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 640.248.574-87.

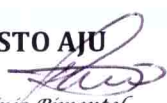

PEDRO LUIZ MAIA E SILVA

CONTRATADA - sócio administrador, inscrito no CPF-MF sob o nº 173.033.034-72.

ELABORADO POR:

Maria Lúcia de Melo Cavalcanti
Matrícula nº 1004.9/OAB-PE 4853

VISTO AJU


Plínio Pimentel
Gerente Jurídico